

# A Constituinte

## Economia: a grande preocupação dos católicos.

A responsabilidade social do poder econômico, em especial o sistema financeiro, está entre os principais temas que os parlamentares católicos levarão para discussão na Constituinte. Essa posição ficou bem definida durante o 39º Encontro de Líderes e Poder Decisório, realizado no Centro de Estudos de Sumaré, sob a coordenação do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles.

O grupo de parlamentares católicos da Assembléia Nacional Constituinte também fechou questões sobre pontos de vista já definidos pela igreja, como aborto, propriedade privada, reforma agrária e direito de greve, inclusive em serviços essenciais. Mas, diante da atual situação de crise econômica, a grande preocupação levantada no encontro está diretamente ligada ao setor financeiro e às elevadas taxas de juros nele praticadas.

Entre os grandes críticos da atual crise brasileira estava o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que chegou inclusive a defender o tabelamento dos juros, caso essa fosse a solução indicada para reverter a tendência altista das taxas. Na sua opinião, "os juros devem ficar no plano normal, ou seja, em nível viável para qualquer negócio lícito, pois nem com cocaína se pode ganhar tanto dinheiro como através de taxas acima de 1.000% ao ano".

Para o senador pernambucano o governo tem que ter autoridade para impedir que o poder financeiro usufrua de elevados lucros em detrimento de toda a sociedade, em especial o setor produtivo. Após ressaltar que o PMDB está cobrando do presidente Sarney que "arranje já uma fórmula para controlar os juros, para impedir que toda a política econômica fracasse", disse que os parlamentares católicos defenderão a subordinação do poder econômico ao desenvolvimento social.

Outro parlamentar que se mostrou bastante preocupado com o sistema financeiro foi o senador Afonso Camargo (PMDB-PR), na casa de quem, em Brasília, será realizado mais um encontro do grupo na próxima quarta-feira. Ele defendeu inclusive a estatização do setor ou o tabelamento dos juros, posições praticamente de consenso em seu partido.

Mesmo ressaltando que a reunião realizada no Centro de Estudos de Sumaré tinha caráter preliminar, Camargo deixou claro que o seu objetivo maior é fazer com que a nova Constituição "tenha as marcas do pensamento social cristão, porque o Brasil tem uma grande maioria de sua população de cristãos". Entre os pontos discutidos — e que ficou claro para os parlamentares cristãos, a despeito dos diferentes linhas político-partidárias — está a distribuição de renda, porque "não conseguiremos fazer justiça social no País sem distribuir renda".

### Propriedade, aborto...

O senador paranaense também lembrou a questão do direito à vida, outro ponto exaustivamente defendido pelos constituintes católicos e que mereceu considerações do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro. Para dom Eugênio Salles, um povo não é feliz se lhe faltam condições básicas de vida digna. Ele acha que a propriedade é um direito constituído, com o que concorreu a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Ela defendeu a implantação urgente de uma política de reforma agrária, com acesso a qualquer um, mas com a exigência de vinculação de crédito apenas para terras que passassem a ser produtivas.

Na questão do aborto também houve consenso entre os constituintes presentes ao encontro. Eles entendem que essa não é uma forma cristã de controle da natalidade. Para a deputada Sandra Cavalcanti e o deputado Luiz Roberto Andrade Ponte (PFL-RS), que presidiu a Câmara Brasileira da Indústria da Construção, existem métodos sociais mais eficazes de planejamento familiar.

Por sua vez, o deputado César Maia (PDT-RJ), mesmo ressaltando não ser um militante católico de base, disse que o seu partido é socialista-democrático e não ortodoxo, razão pela qual "o social é uma posição prioritária, inclusive sobre a propriedade privada. Toda vez que a propriedade privada for conflitante com o interesse social prevalece o social, mas isso não quer dizer que a propriedade privada deixa de existir e fique sem campo para se desenvolver, razão pela qual achamos que a iniciativa privada é permanente e deve continuar".



Dom Eugênio



Waldir Pires



Cunha Lima



Moreira Franco

## O programa do PMDB é a saída, diz Waldir Pires.

O governador eleito da Bahia, Waldir Pires, passou o fim de semana em Brasília, conversou demoradamente com o presidente José Sarney e com o deputado Ulysses Guimarães, e regressou no final da tarde de ontem para Salvador convencido de que, pelo momento difícil por que passa o País, o PMDB tem de preservar as expectativas da Nação e se apegar ao seu programa, trabalhando pela manutenção do gatilho e pelo controle das taxas de juros.

A crise econômica foi o principal objeto das conversas, o que indica que o governo está buscando respaldo político para as decisões que adotará proximamente. Contudo, a política partidária não ficou de fora, pois o governador Waldir Pires sublinhou a conveniência de Ulysses Guimarães permanecer na direção do PMDB: "Isso é importante agora, pois ele é uma figura simbólica da legenda", disse.

Waldir Pires chegou a Brasília sábado e seu primeiro compromisso foi um almoço na residência do ministro Renato Archer, na companhia de Sarney, Ulysses e do governador eleito, do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. Em seguida, foi para a residência oficial de Ulysses e continuou a conversar para sentir o que chamou de "clima". Ontem, almoçou com o ministro Celso Furtado e teve contatos com vários deputados baianos.

Ao afirmar que uma das grandes preocupações é preservar a massa salarial, Waldir Pires assinalou que, enquanto a inflação estiver alta, o gatilho deve permanecer intocável. Por fim, criticou a política que estava sendo adotada pelo Banco Central na gestão de Fernão Braçner, observando que vinha sendo autorizada a especulação, com as taxas de juros acima da inflação, preconizando um firme controle do sistema financeiro.

## Moreira Franco: total apoio a Sarney

O governador eleito do Rio de Janeiro, Moreira Franco, defendeu ontem, em Vitória, a indicação do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB) como líder do governo na Câmara dos deputados. Considera que o presidente José Sarney tinha todo o direito de fazer esta indicação. Lembrou que seu Estado dará todo apoio ao presidente da República, no combate à inflação, e defende um crescimento econômico que permita uma taxa mínima de 5% ao ano e a geração de empregos necessários para garantir uma sociedade democrática e justa.

Moreira Franco disse ainda que segue a linha de pensamento dos governadores de São Paulo, Orestes Quêrcia; da Bahia, Waldir Pires; e do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, de que todos devem se unir de forma a dar respaldo ao governo Sarney. Principalmente, repetiu, na luta contra a inflação.

O governador do Rio de Janeiro não vê como interferência na Câmara e no texto constitucional, a indicação que o presidente fez colocando o deputado Carlos Sant'Anna como seu líder. "O governo precisa ter um líder na Câmara dos deputados para o presidente definir posições e articular os partidos que compõem a Aliança Democrática: o PMDB, a Frente Liberal e o Partido Trabalhista Brasileiro", disse.

Sobre o mandato do presidente Sarney, Franco disse que acha que quem definirá é a nova constituição brasileira: "Isso é um problema da Constituinte. Creio que teremos tranquilidade e tempo de definir um mandato que nos dê condições de superar as dificuldades econômicas e sociais do País", concluiu.

# agência ESTADO

## OS NOVOS

### Inexperientes, eles se frustram na tentativa de brilhar.

"Senhores constituintes..." O novo deputado iniciou, com voz forte, seu discurso. Tentou, em vão, atrair o interesse do plenário da Assembléia Nacional Constituinte, repetiu, com mais veemência: "Senhores constituintes..." Ninguém atendeu a seu clamor. Uns estavam de costas para a tribuna, conversando e conversando permanentemente. Outros liam jornais e continuaram lendo jornais. Todos estavam cansados de tantos estreates, empenhados em atrair audiência.

Sem saber que esse é o cenário do Legislativo, o deputado Gumerindo Milhomem (PT-SP) tomou o desinteresse como questão pessoal. Considerou-o dirigido a ele e atacou recriminando os colegas que não queriam ouvi-lo, logo ele que tem sido escutado, com interesse e carinho, por tantas outras platéias. Inclusive as que a fizeram delegados à Assembléia Nacional Constituinte.

Tal frustração acomete, frequentemente o parlamentar estreatante, principalmente o que jamais exerceu mandato legislativo. Consagrado pelo voto, espera "abafar" no primeiro dia. Com frequência quebra a cabeça, porque há centenas de colegas imbuídos do mesmo propósito de brilhar. E também porque não conhece o regimento da Câmara, não sabe das regras que determinam seu funcionamento, e ignoram até onde e quando se inscrever para falar, ou quantos minutos têm para discursar, e se podem ou não apartear.

"Acho que devia haver um manual de orientação dos mecanismos de funcionamento da Casa", observa Hélio Costa (PMDB-MG).

"Tive problemas porque desconhecia o funcionamento do Legislativo. Não erreii apenas porque não avancei, estou aprendendo conversando com os outros. As informações deveriam estar sistematizadas para ficarem ao alcance de todos, para orientação dos novos", confessa Atila Lyra (PFL-PI).

"Quando a gente chega aqui é muito enrolado. O novo não tem direito a nada. Tem de quebrar a cabeça para aprender. Ninguém ensina nada", queixa-se Messias Góis (PFL-SE).

José Genóio (PT-SP) recomenda aos novos: "O estreatante tem de meter a cara. Aprender a se virar. Observar, conversar com colegas. Acho porém, que cada bancada devia fazer como a do PT, que orientou os recém-chegados".

"O novo deputado tem de ser guiado. Espero, porém, que ele peça", observa o líder do PDS, Amaral Neto.

O senador Luiz Vianna Filho (PFL-BA), que está na Câmara desde a Constituinte de 1946, recomenda prudência: "O novo deve esperar. Não adianta sair correndo às cegas, porque pode cair. Deve aguardar um assunto momentoso e se agarrar a ele. Assunto é como caça: se a gente espera, sempre aparece".

"Nenhum ingênuo chega aqui", adverte o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), deputado federal desde 1947. "Ingênuo fica na suplência.

Pode não ter experiência parlamentar, o que é outra coisa. Quando aqui cheguei não havia nada. O primeiro mês foi de adaptação. Aprende-se vendo, ouvindo e conversando".

Jornalista, com experiência internacional, o gaúcho Adroaldo Streck (PMDB-RS) acha que o novo deve observar. "Em três dias descobre o que quer. Comecei por aprender onde me inscrever para falar, a que horas devia chegar. Aqui é cada um por si e Deus por todos. O deputado não pode esperar ajuda de babá, tem de ser audacioso, meio atrevido."

### O Jovem e o Banqueiro

O mais jovem parlamentar, Cunha Lima (PMDB-PB), 23 anos, confessa que teve facilidades:

"Consegui gabinete do Raimundo Ásfora, que foi eleito vice-governador. Herdei apartamento, em bloco bom, do governador Tarcínio Burity. Não tive, porém, nenhuma informação sobre onde falar. Até agora não sei onde fica a assessoria legislativa. Aliás, para me inscrever para falar precisei perguntar a três deputados, um deles também novo, Lula Freire (PMDB-PE) que também não sabia. Não conhecia o instituto de declaração de voto. Se soubesse, teria recorrido a ele no episódio da participação dos senadores de 1982 na Constituinte".

Banqueiro e milionário aos 36 anos, Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) acha que tem pela frente "longo aprendizado. A postura política não é necessariamente objetiva. No meu caso de empresário esta é uma das dificuldades. Sou tentado a achar isso pouco objetivo, embora me lembre que assim é que se faz política".

Poeta Landim (PFL-PI), que foi uma espécie de assessor não remunerado do Arena, já não se surpreende com nada:

"Eu era parlamentar sem mandato. Andava muito aqui por causa do Petrônio Portella. A gente acaba tendo uma idéia".

Nem todos, porém, têm idéia de como funciona o chamado "pinga-fogo": espaço de cinco minutos, reservado para breves comunicações dos deputados, que não comportam a partes. É oportunidade para aparecer no noticiário de A Voz do Brasil.

No meio da semana, quando Lyssânea Maciel (PDT-RJ) justificava emenda de sua autoria, o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) tentou apartear-lo. O senador Mauro Beneditos (PMDB-CE), cultor do vernáculo, que presidia a Mesa, tocou a campainha e o advertiu:

"É defeso apartear o orador, durante o pequeno expediente".

"Muito obrigado, sr. presidente", respondeu Ramos e continuou o aparte. O presidente recorreu novamente à campainha e aí foi mais claro.

"Lembro ao nobre parlamentar que nessa hora é proibido dar apartes".

E foi devidamente atendido.

Lustosa da Costa